

VISITA À ASSEMBLEIA

Gestor do DNIT cobrado sobre obras no Ceará

Deputados indagaram sobre o atraso em algumas obras do Estado, como duplicação do Anel Viário

Aproveitando a ida de representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) à Assembleia Legislativa, ontem, o deputado Roberto Mesquita (PV) fez duras críticas à situação das rodovias no Estado, em especial à duplicação do Anel Viário, que está há mais de quatro anos em obras. Durante o segundo expediente, o superintendente do órgão, Diógenes José Tavares, respondeu a diversas indagações dos parlamentares sobre a situação das estradas que cortam o Ceará.

Para Roberto Mesquita, não há justificativa para que rodovias, como a de duplicação do Anel Viário, causem transtornos à população. Ele ressaltou que há algum tempo se falou em federalizar trechos das rodovias estaduais no Ceará, como no trecho de Marco a Acaraú. O parlamentar ponderou, entretanto, que o Estado ainda oferece mais qualidade às rodovias do que instituições do Governo Federal.

Em seu pronunciamento, o deputado solicitou ao superintendente do DNIT, Diógenes José Tavares, que mostre à população as motivações para a falta de celeridade de algumas obras tocadas pelo órgão no Ceará, como a do Anel Viário, que há mais de quatro anos está em andamento e sem conclusão.

Em apoio aos reclames do colega, o deputado Odilon Aguiar (PROS) também ressaltou que o trecho do Anel Viário está há anos sem conclusão, o que tem feito com que as pessoas passem por diversos transtornos.

Odilon lembrou ainda que o DNIT não tem autonomia e serve apenas para “enviar e receber recados de Brasília”. “Isso é inadmissível e tem que se respeitar os contratos. Infelizmente, as coi-



O superintendente Diógenes José Tavares diz que o DNIT apenas é responsável por fiscalizar o convênio de duplicação do Anel Viário. FOTO: JOSÉ LEOMAR

Deputados pediram que superintendente do DNIT mostre à população motivos para a falta de celeridade de algumas obras no CE

tas não acontecem a contento. E o doutor Diógenes tem que apresentar o que vai fazer sobre as rodovias do Estado do Ceará que são muito caóticas”, reclamou.

Burocracia

Mesquita, por sua vez, disse que o “monstro da burocracia”, agravada por algumas regras do Governo, faz com que os contratos não sejam respeitados, causando grandes entraves à sociedade. O deputado ressaltou que os conchavos políticos estão acabando com o País e com a paciência da população. “Todos os dias

temos uma notícia ruim vinda de Brasília. A notícia mais alvissareira é da redução de ministérios e do corte de cargos comissionados”, destacou.

O deputado chegou a defender que o governador do Estado, Camilo Santana, se afaste do Governo Federal, justificando que programas sociais estão sendo deixados de lado. “Agora não dá para conviver com a quantidade de ‘patetas’ de nosso País, que desestimulam quem quer empreender, desestimulam quem quer estudar. Essa história de crise já nos dá é raiva”, reclamou.

Durante a presença de representantes do DNIT na Assembleia Legislativa, diversos deputados fizeram questionamentos e até acusações. O primeiro a questionar foi o presidente da Casa, Zezinho Albuquerque (PROS), que também cobrou informações sobre o Anel Viário.

Em resposta aos deputados, Diógenes Tavares afirmou que o DNIT está acompanhando diu-

turnamente o desempenho das construtoras para que no menor prazo possível as rodovias estejam sem nenhum buraco. Destacou que algumas construtoras têm paralisado e desistido de obras e muitos dos processos de conclusão das intervenções estavam em caráter judicializado.

Convênio

No que diz respeito ao Anel Viário, ele explicou que o órgão tem apenas o papel fiscalizador do convênio. A obra, em sua opinião, é complexa, pois envolve construção de viadutos e duplicação de vias existentes.

O convênio, conforme explicou Diógenes, foi abandonado pela empresa Galvão Engenharia e o serviço estaria sendo tocado pelo Departamento Estadual de Rodovias (DER), com um valor total de R\$ 232 milhões. Até o mês de junho passado, o Governo Federal repassou R\$ 200 milhões para realização da obra.

“Assumi o posto no dia 24 de março e a situação era muito incômoda. Passamos a administrar de perto com o corpo técnico e fizemos mutirão a seis mãos. Veio corpo técnico de procuradores de várias partes do Brasil e aqui ajuizamos todos os processos. A greve do Judiciário é o único empecilho que temos agora para que a construtora dê prosseguimento ao trabalho”, ressaltou. Segundo ele, são 189 processos aguardando imissão provisória na posse, que confere ao interessado a posse de um bem.

Ele citou outras obras em andamento, como a restauração da BR 222, a rampa de Itapajé e a Ponte de Aracati, e destacou que não houve descontinuidade nas obras, apesar de problemas. A Assessoria Parlamentar (Aspar) foi criada na gestão de Diógenes para melhor atender as reivindicações dos parlamentares cearenses. Segundo ele, muitos deputados fazem solicitações pontuais e, por conta disso, era necessário desenvolver um órgão para melhorar o atendimento e reduzir os prazos das demandas.

EDILMAR NORÕES

edilmar@diariodonordeste.com.br



Arce: orçamento aprovado

O Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos (Arce) já aprovou a proposta orçamentária para o exercício de 2016. Neste ano, a verba destinada às ações finalísticas da agência totaliza o valor de R\$ 3.957.821,00 e será assim distribuída: desenvolvimento do Sistema Integrado de

Transportes - SIT - elaboração/implementação de manual de controle dos concessionários de saneamento básico, atendimento de ouvidoria e publicações de utilidade pública, além de atividades de fiscalização dos setores regulados e do de custeio de outras despesas específicas da atividade finalística da Agência.

Agronegócio

Ainda repercute dentro e fora dos quadros agropecuaristas o pronunciamento do presidente da Faec, Flávio Saboya, no encontro dos empresários cearenses com a presidente Dilma Rousseff. “Inclusão de novos municípios do Ceará na região semiárida, criação do Seguro Safra, destinado às atividades de pequenos e médios produtores, na região semiárida”, Saboya pediu mais: “acelerar as obras de transposição do Rio São Francisco (Eixo Norte),



apoio ao incremento de recursos financeiros destinados ao Cinturão das Águas no Ceará e a suspensão dos pagamentos das parcelas de financiamentos vencidas e vicendas no corrente ano”. A expectativa fica por conta da presidente.



Missão Empresarial-Intercâmbio Internacional

O Sindialimentos, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Ceará, presidida por Beto Studart, e o Centro Internacional de Negócios, realizará uma missão empresarial, a Rennes, na França, de 12 a 19 de setembro deste ano. A Missão é para que os associados visitem a Space - Salão de Atores do Mundo da Pecuária. O presidente do Sindialimentos Ceará, André Siqueira, explica que além de conhecer a Feira,

os associados e interessados poderão realizar visitas técnicas às indústrias de agronegócio no entorno de Rennes com apoio da Associação para o Desenvolvimento do Intercâmbio Internacional de Produtos e Técnicas Agroalimentares - Aseptada França. A Missão recebe o apoio do Sebrae e da Federação das Agriculturas do Estado do Ceará, enfim, é uma realização do Sindialimentos com apoio da Fiec, CIN, Sebrae e Faec.

DEPUTADOS ESTADUAIS

Recessão motiva novas críticas

A crise econômica vivenciada no País tem pautado os discursos de parlamentares na Assembleia Legislativa. O deputado estadual Ely Aguiar (PSDC) reclamou da queda de 6,6% na produção industrial e criticou a tentativa do Governo Federal de aplicar mais impostos no Brasil.

O Produto Interno Bruto (PIB) negativo, para o parlamentar, é um dos piores da história. “Estou falando em números reais, não estou atacando ninguém”, declarou Ely Aguiar. A Copa do Mundo foi outro tema tratado por ele, afirmando que muitos dos estádios construindo se transformaram em verdadeiros “elefantes brancos”, comparando com a carência de investimentos nas áreas da Educação, Saúde e Segurança Pública.

A deputada Silvana Oliveira (PMDB) também criticou a possibilidade de aumento na cobrança do imposto de renda e destacou evento de auditores da Receita Federal que pretendem demonstrar que a saída para a crise não é aumento de tributos. Para ela, o Governo está equivocando na sua política econômica, apontando que os bancos têm lucrado até R\$ 70 bilhões, enquanto a população está sendo apenada.

Roberto Mesquita (PV) destacou que os auditores fiscais estão demonstrando que não é aumentando a alíquota que o Governo vai melhorar a situação do País,



A deputada Silvana Oliveira criticou a possibilidade de aumento na cobrança do Imposto de Renda. FOTO: JOSÉ LEOMAR

e ressaltou que os profissionais do setor querem uma Receita Federal com capacidade de arrecadar e não taxar ainda mais as pessoas. “Quando pessoas estão sendo demitidas, o Governo quer aumentar impostos. Todos os dias ele encontra como solução para sua ineficiência aumentar mais impostos”, reclamou.

Silvana Oliveira defendeu presença dos parlamentares no seminário que será realizado pelos auditores fiscais do Estado. “Entendo que a população não pode se conformar e baixar a cabeça com tudo isso. Já pagamos muitos impostos o tempo todo”.

Em resposta às críticas à gestão da presidente Dilma Rousseff, a deputada Rachel Marques (PT) lembrou que o Pronatec vai ser assegurado para o Ceará até o fim do ano. Segundo ela, o Ministério da Educação (MEC) assegurou que as vagas para o Estado estão mantidas, assim como as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Matrículas

A parlamentar ressaltou que, de 2011 a 2014, foram realizadas quase 300 mil matrículas em 157 municípios cearenses. “Esse é um dado importante, porque o Pronatec está sendo interiorizado. Aqui no Ceará ele é desenvolvido pela Secretaria do Trabalho e Defesa Social, pela Secretaria de Educação e pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE)”, disse.

“Não só o Pronatec está tendo êxito, mas o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) melhorou a rotina na sala de aula e, consequentemente, o planejamento na sala de aula”, completou o deputado Evandro Leitão.

Odilon Aguiar (PROS) afirmou que três mil profissionais foram capacitados no Município de Tauá e, apesar da crise, existe um avanço no mercado de trabalho no Ceará.

Ely Aguiar, por sua vez, disse que para o próximo ano não haverá recursos para o Pronatec, de acordo com o ministro da Educação, Renato Janine. “Vocês quebraram o Brasil e o déficit público é de R\$ 30 bilhões”, criticou. Rachel Marques, em tom de ironia, destacou que o colega estava preocupado com um programa que foi criado pelo Partido dos Trabalhadores.

PROJETOS

AL vota hoje seis matérias enviadas pelo Governo

Ao menos seis mensagens do Governo Estadual devem ser votadas, hoje, na sessão da Assembleia Legislativa. As matérias não devem gerar muitos embates e tratam de transferência de recursos e cessão de imóveis. Nas últimas semanas, matérias do Poder Executivo têm motivado poucas críticas de opositores devido ao diálogo adotado.

O líder do Governo na Casa, Evandro Leitão (PDT), explicou, ontem, na tribuna, cada uma das propostas. As mensagens foram debatidas na comissão de Constituição e Justiça e colegiados temáticos. Uma das matérias transfere R\$ 72 mil da Secretaria de Educação para a creche Amadeu Barros Leal, em Fortaleza.

Outro projeto, este oriundo da Secretaria do Trabalho, por meio de convênio, vai repassar para entidades quantias de R\$ 11 mil a R\$ 400 mil. Serão beneficiadas as instituições Tapera das Artes, Grupo Bailarino Cristo Amor, Associação Peter Pan, Instituto Moreira Sousa, Edisca e Centro Espírita Pobre de Deus.

Um dos projetos trata da cessão do uso de imóvel para a Companhia Siderúrgica do Pecém, enquanto outro cede uso de um imóvel para a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce).

Defesa da Mulher

Evento dos mais oportunos, pois voltado para a mulher é a IV Conferência Municipal de Políticas Públicas Para as Mulheres que acontecerá dias 11 e 12 de setembro no Auditório do Anexo da Assembleia Legislativa. À frente do Encontro estarão as defensoras públicas Francilene G. Brito e Giovanna Santiago representantes da OAB/CE.

PMDB questiona

Ao decidir entrar no TRE requerendo o mandato do vereador Carlos Mesquita expulso pelo partido, esta medida do comando do PMDB está sendo interpretada como um recado aos detentores de mandato que estão deixando o partido. A Ação de Perda de Mandato por Desfiliação Partidária, alegada pelo PMDB, terá como relator no TRE o juiz Antônio Sales.

“A proposta do ministro Joaquim Levy de aumentar as alíquotas do Imposto de Renda foi duramente criticada pelo empresariado da CNI.

Na avaliação da CNI a proposta de Levy, ministro da Fazenda, é mais uma prova de que o governo brasileiro trata o contribuinte como cidadão-objeto, como se estivéssemos no período medieval.

